SUMÁRIO

TJ-PB

Analista Judiciário – Contabilidade

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 6
Domínio da ortografia oficial 14
Domínio dos mecanismos de coesão textual. 21
Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 26
Emprego de tempos e modos verbais 27
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 29
Emprego das classes de palavras 35
Emprego dos sinais de pontuação 47
Concordância verbal e nominal 51
Regência verbal e nominal 57
Emprego do sinal indicativo de crase 64
Colocação dos pronomes átonos 68
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 70
Significação das palavras 72
Substituição de palavras ou de trechos de texto 76
Redação Oficial 77
QUESTÕES 98
GABARITO 104

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas: lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Tabelas-verdade; equivalências 1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões 10
Diagramas lógicos; Lógica de primeira ordem 13
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais 25
QUESTÕES 28
GABARITO 34

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONTABILIDADE GERAL

Governança e estrutura das Sociedades: tipos societários, órgãos societários, responsabilidades de sócios e administradores 1
Princípios e práticas de contabilidade societária 6
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro 11
Elaboração das demonstrações contábeis: Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do valor adicionado; Demonstração dos fluxos de caixa pelos métodos direto e indireto; Notas explicativas 58
Ativos: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Estoques e critérios de avaliação; Despesas antecipadas; Ativo realizável a longo prazo e ajuste a valor presente; Ativo imobilizado; Depreciação, amortização e exaustão 63
Passivos: Passivo exigível: Fornecedores e obrigações fiscais; Empréstimos, financiamentos e debêntures; Provisões e contingências 76
Patrimônio líquido: Capital social; Reservas de capita; Ajustes de avaliação patrimonial; Reservas de lucros; Ações em tesouraria; Prejuízos acumulados; Dividendos; Juros sobre capital próprio 80
Transações entre partes relacionadas 85
Consolidação das demonstrações contábeis 90
Correção integral das demonstrações contábeis 93
Análise das demonstrações contábeis: Indicadores de endividamento; Indicadores de estrutura de capital; Análise vertical e horizontal 98
Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações 111
CPC 00 (R2) (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro) 196
CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) 196
CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) 196
Questões 197
Gabarito 204

CONTABILIDADE PÚBLICA

Conceito, objeto e campo de aplicação da contabilidade pública 1
Sistema de Contabilidade Federal (Lei nº 10.180/2001) 7
Regime contábil 16
Patrimônio público. Ativo. Passivo. Saldo patrimonial 21
Variações patrimoniais. Variações qualitativas. Variações quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. Resultado patrimonial 30
Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão 32
Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes 33
Sistema de custos no setor público. Aspectos legais. Terminologia de custos. Características da informação de custos 34

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Plano de contas aplicado ao setor público. Natureza da informação contábil. Código da conta contábil. Atributos da informação contábil. 40

Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Balanço patrimonial. Demonstração das variações patrimoniais. Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas. Consolidação das demonstrações. 45

Normas aplicáveis. NBC TSP Estrutura Conceitual 50

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 55

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 60

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)..... 65

Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil. Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC). Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem). Sistema Nacional de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SisPreq). 93

QUESTÕES..... 98

GABARITO 104

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público; Conceito; Princípios orçamentários; Técnicas orçamentárias; Ciclo orçamentário; Processo orçamentário..... 1

Instrumentos de planejamento; Plano plurianual; Lei de diretrizes orçamentárias; Lei orçamentária anual; Orçamento na Constituição Federal de 1988; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária..... 6

Classificações orçamentárias; Estrutura programática; Créditos orçamentários e adicionais..... 12

Execução orçamentária e financeira; Programação financeira; Descentralização orçamentária e financeira; Alterações orçamentárias; Acompanhamento da execução 17

Receita pública; Conceito e classificações; Estágios da receita; Fontes de receita; Dívida ativa..... 22

Despesa pública; Conceito e classificações; Estágios da despesa; Restos a pagar; Despesas de exercícios anteriores; Dívida flutuante e fundada; Suprimento de fundos..... 28

Responsabilidade fiscal: princípios, planejamento, controle e transparência na gestão fiscal 33

Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) 38

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)..... 56

Questões 84

Gabarito..... 91

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

ECONOMIA

Microeconomia: oferta e demanda; elasticidade; estruturas de mercado 1
Macroeconomia: produto interno bruto; inflação; desemprego; política fiscal; política monetária 6
Economia do setor público: papel do estado na economia; equilíbrio fiscal; dívida pública 11
Questões 20
Gabarito 28

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA APLICADA

Matemática financeira: juros simples; juros compostos; descontos; valor presente e valor futuro; séries de pagamentos 1
Estatística aplicada; estatística descritiva; média, mediana e moda; variância e desvio padrão; interpretação de dados 21
Questões 35
Gabarito 42

CONTROLE, AUDITORIA E GOVERNANÇA

Controle interno; princípios; estrutura de controle interno; modelo coso; avaliação de controles internos 1
Auditoria governamental; auditoria de conformidade; auditoria operacional; planejamento de auditoria; riscos de auditoria; testes de auditoria; amostragem; evidências de auditoria; papéis de trabalho; execução da auditoria; relatórios de auditoria 6
Instrumentos de fiscalização; auditoria; inspeção; monitoramento; acompanhamento . 11
Governança pública 16
Gestão de riscos no setor público 21
Normas internacionais de auditoria interna (niai): normas globais de auditoria interna do iia (institute of internal auditors) 24
Lei nº 4.320/1964 (Normas gerais de contabilidade e execução orçamentária), lei complementar nº 101/2000 (responsabilidade fiscal, controles e transparência) 24
Questões 70
Gabarito 78

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Fundamentos de informática: conceitos básicos de hardware e software 1
Sistemas operacionais e aplicativos 7
Redes de computadores e internet 27

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Segurança da informação: princípios, ameaças e boas práticas **43**

Proteção de dados pessoais: conceitos fundamentais e princípios; direitos do titular e bases legais de tratamento; agentes de tratamento e responsabilidades; segurança e boas práticas no tratamento de dados **63**

Proteção de dados no âmbito do poder judiciário: políticas institucionais de privacidade e proteção de dados; tratamento de dados pessoais em atividades judiciais e administrativas; medidas de segurança, governança e conformidade **69**

Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais - lgpd) **74**

Questões **97**

Gabarito **103**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Raciocínio Lógico

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Formas societárias e organização do capital

Sociedade como centro de relações jurídicas

A sociedade organiza a colaboração econômica de pessoas que assumem obrigações recíprocas e destinam recursos ao exercício de atividade. O contrato ou estatuto delimita participação, finalidade, administração e mecanismos de deliberação. A personalidade jurídica, quando constituída nos termos aplicáveis, distingue o patrimônio da organização dos bens particulares dos integrantes. Essa separação permite contratar empregados, adquirir equipamentos, assumir dívidas e manter registros próprios. Não significa, porém, imunidade irrestrita dos participantes: responsabilidade por integralização, atos ilícitos, confusão patrimonial e outras hipóteses legalmente previstas exige análise autônoma. Em uma gráfica criada por dois empreendedores, a máquina adquirida pela sociedade pertence à pessoa jurídica; a retirada informal do equipamento para pagamento de gasto pessoal não se transforma em distribuição regular apenas porque ambos concordaram verbalmente.

Sociedades simples, empresárias e registro

A distinção entre sociedade simples e empresária depende da natureza da atividade e da organização empresarial, observadas as regras próprias de profissões e categorias. Não se deve confundir essa classificação com porte econômico, opção tributária ou existência de finalidade lucrativa. O registro apropriado dá publicidade a informações essenciais e tem consequências para a regularidade da pessoa jurídica. A adoção de firma ou denominação, a indicação de sede, objeto e representação permite que terceiros identifiquem quem pode obrigar a sociedade. Uma clínica formada por profissionais pode ter enquadramento distinto de uma indústria estruturada para produção em escala; o número de funcionários, isoladamente, não resolve a classificação.

Modelos de responsabilidade e participação

A comparação destaca diferenças estruturais, sem substituir a leitura das condições concretas de constituição e funcionamento.

Tipo	Capital e participação	Ponto central de responsabilidade
Limitada	Quotas	Integralização e limites legais da responsabilidade
Anônima	Ações	Obrigação ligada às ações subscritas ou adquiridas
Nome coletivo	Participação contratual	Regime de responsabilidade ilimitada dos sócios

O limite patrimonial não deve ser tratado como autorização para utilizar bens sociais como se fossem pessoais. Na prática, governança e controles internos são relevantes em qualquer modalidade, ainda que o regime de capital seja distinto.

Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é, em regra, limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social nos termos da legislação pertinente. Na sociedade anônima, o capital divide-se em ações, e o acionista se vincula, ordinariamente, ao preço de emissão das ações que subscreveu ou adquiriu. Em sociedades com sócios de responsabilidade ilimitada, o desenho dos riscos é diferente. A sociedade em nome coletivo e a comandita apresentam regimes específicos, cuja composição e consequências não podem ser transportadas automaticamente para a limitada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo o controle, o registro e a transparência das finanças de governos e entidades públicas. A partir da análise contábil, gestores podem tomar decisões mais eficientes, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

Diferentemente da contabilidade no setor privado, cujo foco é o lucro e o patrimônio dos proprietários, a Contabilidade Pública está voltada para o bem-estar coletivo, uma vez que seus recursos pertencem à sociedade. Nesse sentido, ela assume uma responsabilidade ainda maior, pois deve assegurar que o patrimônio público seja gerido com integridade, responsabilidade fiscal e alinhamento aos princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade e transparência.

A importância da Contabilidade Pública aumentou consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela crescente demanda por transparência e accountability (prestação de contas) nos governos, além do fortalecimento de mecanismos de controle social.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade no setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), têm exigido uma evolução constante das práticas contábeis, visando maior uniformidade e clareza nas informações financeiras.

A relevância dessa área torna-se ainda mais evidente quando consideramos as dimensões dos orçamentos governamentais. Em países como o Brasil, onde a arrecadação pública e a aplicação de recursos impactam diretamente o desenvolvimento econômico e social, a Contabilidade Pública se configura como uma ferramenta essencial para a boa governança, a tomada de decisões estratégicas e o controle social.

Conceituação de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da contabilidade voltado para o controle, registro e análise das finanças de entidades e órgãos pertencentes ao setor público, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Sua principal função é garantir que os recursos públicos sejam administrados de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais, sempre em prol do interesse público.

Definição e Função

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Contabilidade Pública é responsável pelo registro, controle e demonstração dos fatos e atos da administração pública que afetam o patrimônio público, sempre obedecendo às normas e princípios estabelecidos. O objetivo é fornecer informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados, como a sociedade e os órgãos de controle.

Essa área contábil não visa apenas o controle financeiro, mas também a prestação de contas à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados dentro da legalidade e da economicidade. Além disso, a Contabilidade Pública é uma ferramenta estratégica para avaliar o desempenho e a responsabilidade dos gestores públicos em relação à gestão dos recursos públicos.

Diferenças entre Contabilidade Pública e Contabilidade Privada

Uma das principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada está nos seus objetivos e na forma como o patrimônio é tratado. Enquanto a Contabilidade Privada tem como foco principal maximizar os lucros e o retorno sobre o investimento para seus acionistas ou proprietários, a Contabilidade Pública visa garantir o uso correto dos recursos que pertencem à sociedade, visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Natureza e funções do orçamento público

Conceito e natureza jurídica

O orçamento como lei periódica de autorização

O orçamento público é o instrumento pelo qual o Estado estima as receitas que pretende arrecadar em determinado período e autoriza as despesas que poderá realizar, vinculando essas autorizações a uma programação de trabalho. Em sentido amplo, reúne três dimensões inseparáveis: a dimensão política, porque expressa escolhas coletivas sobre quem financia e quem se beneficia da ação estatal; a dimensão jurídica, porque se materializa em lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo; e a dimensão técnica, porque exige métodos de classificação, estimativa e controle capazes de tornar as escolhas executáveis e verificáveis.

A tradição jurídica brasileira qualifica a lei orçamentária como lei formal de efeitos concretos: segue o rito legislativo e tem força de lei, mas não cria direitos subjetivos nem inova normas gerais de conduta. Seu caráter é predominantemente autorizativo, pois a dotação fixa um teto de gasto, e não uma obrigação de gastar. Esse caráter vem sendo mitigado por regras de execução obrigatória para determinadas emendas parlamentares e para despesas constitucionalmente vinculadas, o que reduz a margem de discricionariedade do administrador sem eliminar a natureza de autorização.

Abrangência: os três orçamentos da Constituição

A Constituição Federal de 1988 determina que a lei orçamentária anual compreenda três orçamentos distintos, apresentados em peça única. O orçamento fiscal refere-se aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público. O orçamento da seguridade social abrange as entidades e órgãos a ela vinculados, na área de saúde, previdência e assistência social. O orçamento de investimento das empresas contempla as estatais em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A separação preserva a identidade das fontes específicas da seguridade, como as contribuições sociais, e impede que sejam diluídas no caixa geral.

Funções do orçamento

Funções econômicas clássicas

A teoria das finanças públicas atribui ao orçamento três funções econômicas. A função alocativa corrige falhas de mercado ao ofertar bens e serviços que o setor privado não fornece em quantidade adequada, como segurança pública, iluminação de vias e vigilância sanitária. A função distributiva ajusta a distribuição de renda e riqueza por meio de tributos progressivos, transferências e políticas sociais. A função estabilizadora utiliza o gasto e a tributação para atenuar oscilações do ciclo econômico, ampliando investimentos em períodos de retração e contendo despesas em períodos de aquecimento excessivo.

A tabela apresentada abaixo relaciona cada função com seu objetivo e com instrumentos típicos de política orçamentária, de modo a distinguir finalidades que na prática se sobrepõem em uma mesma ação governamental.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Oferta, demanda, equilíbrio e elasticidades

Formação da demanda e deslocamentos

A demanda descreve as quantidades de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem adquirir a diferentes preços, mantidas constantes as demais condições relevantes. A relação usual entre preço e quantidade demandada é inversa: preços mais altos tendem a reduzir a quantidade procurada, enquanto preços mais baixos tendem a ampliá-la. Essa relação não significa que o preço seja o único determinante. Renda, preferências, expectativas, número de consumidores e preços de bens relacionados também afetam a demanda. Uma mudança no próprio preço provoca movimento ao longo da curva; uma alteração em outro determinante desloca a curva. A distinção é essencial porque permite separar reação ao preço corrente de mudanças nas condições que sustentam o comportamento de compra.

Bens substitutos, complementares e efeito da renda

Bens substitutos atendem finalidades semelhantes, de modo que a elevação do preço de um pode aumentar a procura pelo outro. Bens complementares são consumidos em conjunto ou apresentam uso associado, e o encarecimento de um pode reduzir a demanda pelo parceiro. A renda também altera padrões de consumo, mas a direção não é idêntica para todos os bens. Para muitos produtos, renda maior aumenta a quantidade demandada; em casos específicos, pode reduzir a procura de alternativas consideradas inferiores quando o consumidor passa a acessar opções diferentes. Imagine um serviço de transporte urbano em que passageiros escolhem entre ônibus, metrô e transporte por aplicativo. Alterações de tarifa, renda, tempo de viagem e qualidade relativa podem modificar tanto movimentos ao longo de uma curva quanto deslocamentos da própria demanda.

Oferta, equilíbrio e ajustamento de mercado

A oferta representa as quantidades que produtores desejam vender a diferentes preços, considerando tecnologia, custos dos insumos, expectativas, número de firmas e outras condições. Em muitos mercados, preços mais altos tornam rentável produzir unidades adicionais, gerando relação positiva entre preço e quantidade ofertada. Mudanças no preço do próprio bem deslocam a decisão ao longo da curva; variações em custos, produtividade ou tecnologia alteram a posição da oferta. O equilíbrio ocorre no ponto em que a quantidade demandada coincide com a quantidade ofertada. Acima do preço de equilíbrio, tende a surgir excesso de oferta; abaixo dele, excesso de demanda. Esses desequilíbrios criam incentivos para revisão de preços e quantidades, embora o ajuste real possa ser lento quando existem contratos, estoques, capacidade rígida ou informação imperfeita.

Elasticidade como medida de sensibilidade

Elasticidade mede a resposta proporcional de uma variável econômica a uma mudança proporcional em outra. Na elasticidade-preço da demanda, o interesse recai sobre quanto a quantidade demandada varia diante de uma variação de preço. O sinal bruto costuma ser negativo por causa da relação inversa entre preço e quantidade demandada, mas a classificação de intensidade é frequentemente apresentada pelo valor absoluto. Para variações percentuais definidas de modo consistente, a expressão conceitual é:

$$\left|E_d\right| = \left|\frac{\%\Delta Q_d}{\%\Delta P}\right|$$

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Matemática Financeira

A **Matemática Financeira** possui diversas aplicações no atual sistema econômico. Algumas situações estão presentes no cotidiano das pessoas, como financiamentos de casa e carros, realização de empréstimos, compras a crediário ou com cartão de crédito, aplicações financeiras, investimentos em bolsas de valores, entre outras situações. Todas as movimentações financeiras são baseadas na estipulação prévia de taxas de juros. Ao realizarmos um empréstimo, a forma de pagamento é feita através de prestações mensais acrescidas de juros, isto é, o valor de quitação do empréstimo é superior ao valor inicial do empréstimo. A essa diferença damos o nome de juros.

Capital

O Capital é o valor aplicado através de alguma operação financeira. Também conhecido como: Principal, Valor Atual, Valor Presente ou Valor Aplicado. Em inglês usa-se Present Value (indicado pela tecla PV nas calculadoras financeiras).

Taxa de juros e Tempo:

A taxa de juros indica qual remuneração será paga ao dinheiro emprestado, para um determinado período. Ela vem normalmente expressa da forma percentual, em seguida da especificação do período de tempo a que se refere:

8% a.a. - (a.a. significa ao ano).

10% a.t. - (a.t. significa ao trimestre).

Outra forma de apresentação da taxa de juros é a unitária, que é igual a taxa percentual dividida por 100, sem o símbolo %:

0,15 a.m. - (a.m. significa ao mês).

0,10 a.q. - (a.q. significa ao quadrimestre)

Montante:

Também conhecido como **valor acumulado** é a soma do *Capital Inicial* com o *juro* produzido em determinado *tempo*.

Essa fórmula também será amplamente utilizada para resolver questões.

$M = C + J$

M = montante

C = capital inicial

J = juros

$M=C+C.i.n$

$M=C(1+i.n)$

Juros Simples:

Chama-se juros simples a compensação em dinheiro pelo empréstimo de um capital financeiro, a uma taxa combinada, por um prazo determinado, produzida exclusivamente pelo capital inicial.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos do controle interno e sua finalidade na gestão

Conceito e natureza do controle interno

O controle interno corresponde ao conjunto de normas, rotinas, mecanismos e procedimentos estabelecidos por uma organização com o propósito de assegurar, de forma razoável, que os objetivos institucionais sejam alcançados. Diferentemente de uma verificação pontual ou de uma checagem isolada, o controle interno é concebido como um processo contínuo, integrado à própria operação da entidade, e não como uma atividade acessória ou posterior aos atos de gestão. Ele permeia todos os níveis hierárquicos, da alta administração às unidades operacionais, e se manifesta tanto em rotinas formais — como manuais de procedimentos, alçadas de aprovação e sistemas informatizados de registro — quanto em práticas comportamentais, como a postura ética dos gestores e o compromisso declarado com a integridade. A razoabilidade da garantia oferecida pelo controle interno decorre do reconhecimento de que nenhum sistema de controle é capaz de eliminar por completo a possibilidade de erro, fraude ou conluio; busca-se reduzir esses riscos a um patamar aceitável, compatível com a relação entre custo e benefício de cada mecanismo adotado.

Objetivos centrais do controle interno

Três grandes objetivos costumam orientar a concepção de qualquer sistema de controle interno. O primeiro refere-se à eficácia e à eficiência das operações, ou seja, à garantia de que os recursos disponíveis sejam utilizados de maneira produtiva, sem desperdícios, retrabalho ou desvio de finalidade. O segundo objetivo diz respeito à confiabilidade das informações produzidas, tanto financeiras quanto operacionais, de modo que relatórios gerenciais, demonstrações contábeis e indicadores de desempenho reflitam com fidedignidade a realidade da entidade. O terceiro objetivo envolve a conformidade com leis, regulamentos, normas internas e políticas institucionais aplicáveis, evitando que a organização incorra em sanções, responsabilização de seus agentes ou prejuízos decorrentes de descumprimento normativo. Esses três objetivos não operam de forma isolada: uma falha na confiabilidade da informação tende a comprometer também a eficiência operacional, pois decisões gerenciais passam a ser tomadas com base em dados distorcidos, o que demonstra a interdependência entre as dimensões do controle.

Controle interno no âmbito privado e no âmbito público

Embora o conceito de controle interno tenha se desenvolvido inicialmente no contexto da administração de empresas privadas, sua aplicação ao setor público apresenta particularidades relevantes. Na administração pública, o controle interno não é apenas uma escolha gerencial da organização, mas frequentemente uma exigência normativa, estruturada em sistemas próprios que acompanham a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades. Esses sistemas de controle interno público costumam ter como atribuições a avaliação do cumprimento de metas previstas no planejamento governamental, a comprovação da legalidade dos atos de gestão e a avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, além do apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional. Essa dimensão pública do controle interno reforça o seu papel como instrumento de responsabilização e de transparência perante a sociedade, e não apenas como ferramenta de gestão voltada para a eficiência operacional.

Relação entre controle interno e controle externo

O controle interno distingue-se do controle externo essencialmente pelo agente que o exerce e pelo momento em que atua. O controle interno é exercido pela própria estrutura administrativa da entidade, em caráter permanente e, em regra, de forma prévia, concomitante e posterior aos atos de gestão, o que lhe confere capacidade de atuação preventiva e corretiva quase imediata. O controle externo, por sua vez, é exercido por um órgão distinto daquele que pratica os atos fiscalizados, normalmente com atuação posterior e

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Noções de Informática e Proteção de Dados

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

▸ Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.